· Introdução ·

Intelectuais: de legisladores modernos a intérpretes pós-modernos

Quando foi cunhada, nos primeiros anos do século XX, a palavra "intelectual" era uma tentativa de recapturar e reafirmar a centralidade social e as preocupações globais que estiveram associadas à produção e disseminação do conhecimento durante o Iluminismo. Ela era aplicada a uma série heterogênea de romancistas, poetas, artistas, jornalistas, cientistas e outras figuras públicas que sentiam ser responsabilidade moral sua, e seu direito coletivo, interferir de modo direto no processo político por meio da influência que exerceriam sobre as mentalidades da nação e moldar as ações de seus líderes políticos.

Na época em que a palavra foi criada, os descendentes dos *philosophes** ou da *République des Lettres* já tinham se dividido em enclaves especializados, com seus interesses parciais e preocupações localizadas. A palavra, por conseguinte, foi um toque de reunir, tangido por sobre as bem-guardadas fronteiras das profissões e dos gêneros artísticos; um chamado para ressuscitar a tradição (ou materializar a memória coletiva) de "homens de conhecimento", e para encarnar e praticar a unidade da verdade, dos valores morais e dos juízos estéticos.

* Aqui, como em outras passagens deste livro, em francês no original. (N.T.)

Como *a République des Lettres*, integrada pela atividade compartilhada de discussão e associação de seus temas, a coletividade de intelectuais se uniria pela resposta à vocação, pela aceitação dos direitos e responsabilidades que a vocação implicava. Só de modo ostensivo, se tanto, a categoria "intelectuais" era concebida como classificação descritiva. Ela não estabelecia uma fronteira objetiva da área que denotava, nem supunha a preexistência desta fronteira (embora de fato indicasse a mistura em meio à qual os voluntários podiam ser procurados e recrutados). Esperava-se, antes, que a categoria criasse o seu próprio referente, incitando preocupações, mobilizando lealdades e induzindo autodefinições; e, deste modo, desdobrando autoridades parciais de especialistas e artistas numa autoridade política, moral e estética coletiva de homens de saber. A categoria era, por assim dizer, um convite aberto para tomar parte em certo tipo de prática de significação social global. E continua assim até hoje.

Faz pouco sentido, portanto, perguntar "quem são os intelectuais?", e esperar em resposta um conjunto de medições objetivas ou mesmo um exercício de nomenclatura. Não tem cabimento compor uma lista de profissões cujos membros sejam intelectuais, ou traçar uma fronteira no interior de uma hierarquia profissional acima da qual os intelectuais estariam situados. Em qualquer lugar e em qualquer tempo, "os intelectuais" são constituídos por um efeito combinado de mobilização e autorrecrutamento. O significado intencional de "ser intelectual" deve elevar-se acima da preocupação parcial com a profissão ou o *gênero* artístico da pessoa, para incumbir-se das questões globais sobre a verdade, o juízo e o gosto da época. A linha que separa "intelectuais" de "não intelectuais" é traçada e retraçada pelas decisões de tomar parte num modo particular de atividade.

Na época em que entrou para o vocabulário europeu ocidental, o conceito de "intelectuais" derivava seu significado da memória coletiva do Iluminismo. Foi nesse período que se estabeleceu a síndrome poder/conhecimento, o atributo mais visí-

vel da modernidade. Essa síndrome foi um produto conjunto de dois desenvolvimentos então novos, que tiveram lugar no começo dos tempos modernos: a aparição de um novo tipo de poder estatal, com os recursos e a vontade necessários para modelar e administrar o sistema social segundo um estilo preconcebido de ordem; e a instituição de um discurso de relativa autonomia e autoadministração capaz de gerar esse modelo, completado pelas práticas exigidas.

Este livro estuda a hipótese de que a combinação desses dois desenvolvimentos criou o tipo de experiência enunciada na visão de mundo particular e nas estratégias intelectuais a ela associadas que receberiam o nome de "modernidade". Também examina a hipótese de que o divórcio subsequente entre Estado e discurso intelectual, bem como as transformações interiores às duas esferas, levou a uma experiência enunciada hoje numa visão de mundo e nas estratégias a ela associadas, muitas vezes referidas com o título de "pós-modernidade".

Deve ficar claro, do que foi dito até aqui, que os conceitos de modernidade e pós-modernidade não são utilizados neste livro como o equivalente das oposições, em aparência semelhantes, com as quais são muitas vezes confundidos – sociedade "industrial" e "pós-industrial", ou sociedade "capitalista" e "pós-capitalista". Tampouco são empregados como sinônimos de "Modernismo" e "pós-Modernismo", termos que descrevem estilos culturais e artísticos autoconstituídos e, em grande medida, autoconscientes. No sentido em que são empregados neste livro, os conceitos de modernidade e pós-modernidade representam dois contextos nitidamente distintos, nos quais se desempenha o "papel de intelectual"; e duas estratégias que se desenvolvem em resposta a eles.

A oposição entre modernidade e pós-modernidade foi empregada aqui a serviço da teorização dos três últimos séculos da história europeia ocidental (ou da história dominada pela Europa Ocidental), vistos da perspectiva da práxis intelectual. Esta prática é que pode ser moderna ou pós-moderna; a do-

minância de um ou outro dos dois modos (sem exclusividade) distingue modernidade e pós-modernidade como períodos da história intelectual. Mesmo que a ideia de modernidade e pós-modernidade como períodos históricos *sucessivos* seja considerada duvidosa (quando se aponta, com acerto, que as duas práticas coexistem, embora em proporção variável, no interior de cada uma das eras, e que só é possível falar de domínio de um ou outro padrão como tendência), a distinção entre elas ainda é útil, nem que seja como "tipos ideais"; na verdade, essa distinção avança um pouco no sentido de revelar a essência das controvérsias intelectuais correntes e a extensão das estratégias intelectuais disponíveis.

Ao se referir a práticas intelectuais, a oposição entre os termos moderno e pós-moderno representa diferenças na compreensão da natureza do mundo, e do mundo social em particular, e na compreensão da natureza associada ao trabalho intelectual e a seu propósito.

A visão tipicamente moderna do mundo é a de uma totalidade em essência ordenada; a presença de um padrão desigual de distribuição de probabilidades possibilita um tipo de explicação dos fatos que – se correta – é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de predição e (se os recursos exigidos estiverem disponíveis) de controle. Esse controle ("domínio da natureza", "planejamento" ou "desenho" de sociedade) é quase de imediato associado à ação de ordenamento, compreendida como a manipulação de probabilidades (tornando alguns eventos mais prováveis, outros menos prováveis). Sua efetividade depende da adequação do conhecimento da ordem "natural". Tal conhecimento adequado é, em princípio, alcançável.

Efetividade do controle e correção do conhecimento estão relacionados (o segundo explica o primeiro, o primeiro corrobora o segundo), seja na experiência de laboratório, seja na prática social. Entre si, eles produzem critérios para se classificarem as práticas existentes como superiores ou inferiores.

Essa classificação é – mais uma vez em princípio – objetiva, isto é, publicamente testável e demonstrável a cada vez que se apliquem os critérios mencionados. Práticas que não possam ser justificadas do ponto de vista objetivo (por exemplo, as que legitimam a si mesmas em relação a hábitos ou opiniões numa localidade ou tempo particulares) são inferiores, à medida que distorcem o conhecimento e limitam a efetividade do controle. Subir na hierarquia de práticas medidas pela síndrome controle/conhecimento também significa mover-se em direção à universalidade e afastar-se de práticas "paroquiais", "particularistas" e "localizadas".

A visão pós-moderna do mundo é, em princípio, a de um número ilimitado de modelos de ordem, cada qual gerado por um conjunto relativamente autônomo de práticas. A ordem não precede as práticas e, por conseguinte, não pode servir como medida externa de sua validade. Cada qual dos muitos modelos de ordem só faz sentido em termos das práticas que os validam. Em cada caso, a validação introduz critérios que são desenvolvidos no interior de uma tradição particular; eles são sustentados pelos hábitos e crenças de uma "comunidade de significados" e não admitem outros testes de legitimidade.

Os critérios descritos acima como "modernos" não são exceção a essa regra geral; em última análise, eles são validados por uma das muitas possíveis "tradições locais", e seu destino histórico depende do destino da tradição nas quais residem. Não há critérios para avaliar práticas locais que estejam situados fora das tradições, fora das "localidades". Sistemas de conhecimento só podem ser avaliados a partir "do interior" de suas respectivas tradições. Se, de um ponto de vista moderno, o relativismo era um problema com que lidar e afinal superar na teoria e na prática, do ponto de vista pós-moderno, a relatividade do conhecimento (isto é, sua "inserção" na própria tradição sustentada em comum) é um traço duradouro do mundo.

A estratégia moderna de trabalho intelectual é aquela mais bem-caracterizada pela metáfora do papel do "legislador". Con-

siste em fazer afirmações autorizadas e autoritárias que arbitrem controvérsias de opiniões e escolham aquelas que, uma vez selecionadas, se tornem corretas e associativas. A autoridade para arbitrar é, nesse caso, legitimada por conhecimento (objetivo) superior, ao qual intelectuais têm mais acesso que a parte não intelectual da sociedade. Esse acesso se dá graças a regras de procedimento, garantindo que se alcance a verdade, que se chegue a um juízo moral válido e se selecione um gosto artístico apropriado.

O emprego dessas regras de proceder torna as profissões intelectuais (cientistas, filósofos morais, estetas) proprietárias coletivas de um saber de relevância direta e crucial para a manutenção e aperfeiçoamento da ordem social. A condição para tanto é o trabalho dos "intelectuais propriamente ditos" – metaprofissionais, por assim dizer –, responsáveis pela formulação de regras de proceder e pelo controle de sua aplicação correta.

Como o conhecimento que produzem, os intelectuais não são restringidos por tradições localizadas, comunais. Eles são, assim como seu conhecimento, extraterritoriais, o que lhes dá o direito e o dever de validar (ou invalidar) crenças que possam ser sustentadas em vários segmentos da sociedade. Na verdade, como observou Popper, o que as regras de procedimento têm de melhor a fazer é refutar opiniões parcamente fundadas ou infundadas.

A estratégia pós-moderna de trabalho intelectual é aquela mais bem-caracterizada pela metáfora do papel do "intérprete". Consiste em traduzir afirmações feitas no interior de uma tradição baseada em termos comunais, a fim de que sejam compreendidas no interior de um sistema de conhecimento fundamentado em outra tradição. Em vez de orientar-se para selecionar a melhor ordem social, essa estratégia objetiva facilitar a comunicação entre participantes autônomos (soberanos). Preocupa-se em impedir distorções de significado no processo de comunicação. Para este fim, promove a necessidade de penetrar em profundidade o sistema estrangeiro de conhecimento do qual a tradução

deve ser feita (por exemplo, a "descrição densa" de Geertz) e a necessidade de manter o delicado equilíbrio entre as duas tradições que interagem, indispensável tanto para a mensagem não ser distorcida (com relação ao significado investido pelo remetente) quanto para ela ser compreendida (pelo destinatário).

É de vital importância observar que a estratégia pós-moderna não implica a eliminação da moderna; ao contrário, ela não pode ser concebida sem a continuação desta última. Ao mesmo tempo que a estratégia pós-moderna envolve o abandono das ambições universalistas da própria tradição dos intelectuais, ela não desdenha as ambições universalistas dos intelectuais quanto à sua própria tradição; eles mantêm aqui sua autoridade metaprofissional, legislando sobre as regras de procedimento que possibilitam arbitrar controvérsias de opinião e fazer afirmações de vocação vinculante.

A dificuldade nova, contudo, é como estabelecer as fronteiras de tal comunidade de modo que sirvam como território de práticas legislativas. Trata-se de um fator menos irritante para as numerosas ramificações especializadas de práticas intelectuais supridas por intelectuais "parciais". Os intelectuais "gerais" contemporâneos veem, contudo, suas reivindicações territoriais contestadas. E com a estratégia pós-moderna à sua volta, tais reivindicações territoriais tornam-se problemáticas e difíceis de legitimar em si mesmas.

O propósito deste livro é explorar as condições históricas sob as quais a visão de mundo e a estratégia intelectual modernas se formaram; e as condições sob as quais foram questionadas e em parte suplantadas, ou pelo menos complementadas, por uma visão de mundo e uma estratégia alternativas, pós-modernas. A hipótese aqui debatida é que o surgimento e a influência das duas variedades distintas de prática intelectual podem ser mais bem-entendidos quando considerados em comparação com as mudanças nas relações entre o Ocidente industrializado e o resto do mundo; na organização interna das sociedades ocidentais; na situação do conhecimento e dos pro-

dutores de conhecimento dentro dessa organização; e no modo de vida dos próprios intelectuais.

Esta obra, em outras palavras, é uma tentativa de aplicar a hermenêutica sociológica para entender as sucessivas tendências na metanarrativa dos intelectuais do Ocidente. Nessa metanarrativa, seus produtores, os intelectuais, permanecem invisíveis – "translúcidos". A ambição desse exercício de hermenêutica sociológica é tornar essa translucidez opaca e, por conseguinte, visível e aberta a exames.

Uma última observação é sobre a ordem. De modo algum estou afirmando que o modo pós-moderno constitui um avanço em relação ao moderno, que os dois possam ser arranjados numa sequência progressiva em qualquer dos possíveis significados da ideia confusa de "progresso". Além disso, não acredito que a modernidade, como um tipo de modo intelectual, tenha sido substituída de forma conclusiva pelo advento da pós-modernidade, ou que esta última tenha refutado a validade da primeira (se é que é possível refutar alguma coisa adotando uma postura coerentemente pós-moderna). Estou interessado apenas em entender as condições sociais sob as quais o surgimento dos dois modos foi possível; e os fatores responsáveis por seus destinos e suas sortes em transformação.

Este estudo foi concluído graças à licença sabática concedida pela Universidade de Leeds. Enquanto o escrevia, fui muito ajudado pelo interesse, pela crítica e pelas ideias de Judith Adler, Rick Johnston, Volker Meja, Barbara Neiss, Robert Paine, Paul Piccone, Peter Sinclair, Victor Zaslavsky e outros amigos e colegas da Memorial University, St. John's, Newfoundland.

O estímulo e encorajamento de Tony Giddens ajudaram este projeto desde o princípio.

A todos eles eu devo a minha gratidão.